

NOVAS REGRAS

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025



OLIVIERI

CONSULTORIA
JURÍDICA
EM CULTURA
E ENTRETENIMENTO

OLIVIERI

Olivieri – Consultoria Jurídica em Cultura e Entretenimento – atua na inteligência, planejamento e solução jurídica e estratégica para viabilizar ações, projetos e negócios em arte, cultura, entretenimento, esporte e terceiro setor.

Na sua atuação, a Olivieri tem o objetivo de fazer acontecer com excelência e leveza, contando com a experiência de mais de 30 anos em consultoria jurídica e negocial para as áreas de cultura e entretenimento, participando dos mais importantes eventos e projetos culturais nacionais e internacionais.

Além de consultoria, a Olivieri contribui com projetos de formação do conhecimento da área por meio de publicações especializadas, conferências e cursos ministrados em todo o país, inclusive desenvolvidos especialmente para os clientes.



www.olivierassociados.com.br



[/olivierassociados](https://www.facebook.com/olivierassociados)



[/olivierassociados](https://www.instagram.com/olivierassociados)



[/olivierassociados](https://www.linkedin.com/company/olivierassociados)



BAIXE NOSSO PORTIFÓLIO



APRESENTAÇÃO

Prezados,

A Equipe da Olivieri elaborou este Manual sobre os impactos da **nova Instrução Normativa 23/2025** na Lei de Incentivo à Cultura (conhecida como Lei Rouanet) com o objetivo de auxiliar produtores, artistas e demais profissionais vinculados à área de gestão cultural na elaboração e execução de seus projetos.

Compilamos e simplificamos as informações considerando o que está em vigor agora. Assim, desde já, pedimos compreensão ao fato do Manual não trazer todos os detalhes, mas, como sempre, faremos, novos textos com assuntos específicos em breve.

Por fim, esperamos que este Manual possa mesmo auxiliar e facilitar a execução dos projetos. Afinal, a Lei de Incentivo a Cultura é apenas uma ferramenta que viabiliza financeiramente ideias e ações artísticas que nos transformam.

Deixemos a arte ser a única e verdadeira protagonista!

Boa leitura e Grandes projetos!

ÍNDICE

A Olivieri.....	2
Apresentação.....	3
 Projetos Novos	
- Limites de Projetos.....	7
- Limites por tipo de Proponente e Empresa.....	8
- Exceções aos Limites.....	10
- Enquadramento.....	10
- Custo - Benefício.....	11
- Apresentação de Propostas.....	12
- Currículo e Experiência.....	12
- Plano Anual ou Plurianual de Atividade.....	13
- Orçamento.....	13
- Estrutura de Orçamento.....	14
- Limites de Valores.....	15
- Remuneração do Proponente.....	16
- Custos Administrativos.....	16
- Despesas Vedadas.....	17
- Democratização de acesso.....	18
- Outras Medidas Democráticas.....	19
- Contrapartidas Sociais.....	20
- Chamamento Público de Seleção de Projetos.....	21
 Análise das Propostas Culturais	
- Fase de Admissibilidade	23
- Admissibilidade.....	24
- Publicada Portaria de Aprovação.....	26
- Exceção na Admissibilidade e Aprovação de Projetos.....	28
- Prorrogação do Prazo de Captação.....	28
 Divulgação e Acessibilidade	
- Acessibilidade, Comunicação e Divulgação Acessíveis.....	30
- Material de Divulgação.....	31
- Acessibilidade.....	31
- Promoção do Patrocinador.....	32
- É Vantagem Indevida.....	32
- Não é Vantagem Indevida.....	33
 Prestação de Contas	
- Prestação de Contas - Acompanhamento.....	34
- Prestação de Contas - Execução.....	35
- Prestação de Contas - .Análise.....	37
- Relatório Final.....	38
- Sanções.....	41
 Como Fica Para os Projetos em Execução	
- Projetos em Execução.....	44

PROJETOS NOVOS

PONTOS PRINCIPAIS

NORMAS APLICÁVEIS - LIMITES DE PROJETOS

Os novos projetos, a serem enviados à Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural para análise e aprovação, deverão seguir as novas regras e limites estabelecidos pela Instrução Normativa nº 23, publicada em 5 de fevereiro de 2025. Atenção, pois, para aprovação e execução de projeto, devem ser consideradas, além da IN:

- Lei 8.313/91;
- Decreto 11.453/23;
- Lei 9.784/99;
- Demais regras administrativas e tributárias.

AVISO: Neste Manual, Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural será identificada simplesmente como SEFIC.

LIMITES POR TIPO DE PROPONENTE

Os limites de quantidade de projetos e de valores máximos permitidos por proponente estão definidos por tipo de proponente, como segue:

LIMITES DE PROJETOS E VERBAS POR PROPONENTE				
	PESSOA FÍSICA	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI	OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL	TODAS AS DEMAIS PESSOAS JURÍDICAS
Quantidade de Projetos por Proponente	2	4	8	16
Valor máximo de Projetos ativos Por proponente	R\$500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$10.000.000,00	R\$15.000.000,00
Limites máximos Por projeto	R\$500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00

IMPORTANTE:

- Empresas que possuam sócios e/ou dirigentes em comum ou participem do mesmo grupo empresarial, inclusive as organizações sem fins lucrativos, deverão atender aos limites de carteira por proponente e por empresa em conjunto.

- Entre pessoas físicas e as pessoas jurídicas é aplicado o mesmo entendimento, prevalecendo o limite aplicável à pessoa jurídica com maior capacidade de captação.

PROJETOS COM VALOR MÁXIMO

DE R\$ 6.000.000,00:

- Incentivo à leitura;
- Concertos sinfônicos;
- Datas comemorativas nacionais com calendários específicos;
- Desfiles festivos;
- Projetos educativos, incluindo cursos, oficinas e outras atividades pedagógicas;
- Espetáculos de circo, dança e teatro e de música, com itinerância mínima em 2 regiões do Brasil ou entre o Brasil e o exterior;
- Exposições de artes visuais, culturais, com museografia ou relacionadas a acervos de museus;
- Inclusão da pessoa com deficiência, com foco na participação ativa e acessibilidade plena;
- Manutenção de grupos e coletivos artístico-culturais e corpos artístico-culturais estáveis;
- Pesquisas;
- Premiações; e
- Plataformas de vídeo sob demanda independentes, respeitando os tetos do audiovisual.

PROJETOS COM VALOR MÁXIMO

DE R\$ 15.000.000,00:

- Festival, bienal, festa ou feira;
- Teatro musical; e
- Ópera.

EXCEÇÕES AOS LIMITES

Os tetos de valores não se aplicam às propostas abaixo:

- ▶ Planos anuais e plurianuais de atividades, respeitado-se o valor da série histórica de captação que será definido em razão dos últimos 3 exercícios captados, considerando aumento de até 30%;
- ▶ Patrimônio cultural;
- ▶ Construção, restauração e reforma de museus; Preservação, digitalização e doação de acervos; Conservação, construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do Ministério da Cultura; e
- ▶ Desenvolvimento sustentável de territórios criativos;
- ▶ Propostas de ações continuadas.

ENQUADRAMENTO

O Projeto será enquadrado no **Artigo 18 ou 26 da Lei 8313/91**, conforme o segmento cultural de acordo com o produto principal do projeto.

Importante ressaltar que as ações de capacitação e treinamento de pessoal de diversas áreas artísticas poderão ser enquadradas no Artigo 18, e terão, portanto, 100% de incentivo fiscal.

Atenção: Os produtos: Plano Anual e Festival, Bienal, Festa ou Feira (somente estrutura) não definem o enquadramento do projeto, o que dependerá do produto secundário de maior valor.

CUSTO - BENEFÍCIO

Para encaminhamento de uma proposta, o valor por pessoa beneficiada deverá ser de até R\$ 300,00. Para obtenção do valor por beneficiário deve ser realizada a seguinte equação:

VALOR SOLICITADO
PARA CAPTAÇÃO



QUANTITATIVO DE
BENEFICIÁRIOS DO
PRODUTO PRINCIPAL

Importante: O custo-benefício é usado para admissão do projeto. Não corresponde ao preço médio do produto que estará no tópico "Democratização".

O custo-benefício não se aplica às propostas totalmente gratuitas, abaixo relativas a:

- I - concertos sinfônicos;
- II - construção de equipamentos culturais;
- III - desfiles festivos;
- IV - educativos em geral;
- V - elaboração de projeto executivo e de arquitetura;
- VI - manutenção de grupos e coletivos artístico-culturais e corpos artístico-culturais estáveis;
- VII - museus e memória;
- VIII - óperas;
- IX - patrimônio cultural;
- X - planos anuais e plurianuais;
- XI - culturas tradicionais, populares e cultura afro-brasileira, incisos XLVIII e L do ANEXO I;
- XII - desenvolvimento sustentável de territórios criativos;
- XIII - premiações;
- XIV - produção de obras audiovisuais; e
- XV - restauração de obras de arte.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

- ▶ Documentos não essenciais à análise e aprovação do projeto poderão ser apresentados antes da liberação dos recursos captados;
- ▶ Propostas de ação continuada e de nova edição de projetos: a movimentação dos recursos pelo novo projeto depende do encerramento da execução do projeto anterior;
- ▶ APRESENTAÇÃO DE PROJETO: até 31 de outubro;
- ▶ Considera-se a mesma empresa – se tiver os mesmos sócios / dirigentes / cooperativados / grupo empresarial.

CURRÍCULO E EXPERIÊNCIA

O proponente do projeto deverá demonstrar:

▶ Experiência em atividades culturais, apresentando portfólio e materiais comprobatórios. O portfólio precisa ser apresentado obrigatoriamente na aba específica no Salic, inclusive para quem já apresentou anteriormente;

▶ Cartão de CNPJ com Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) referente à área cultural, de acordo com a classificação estabelecida pela MINC (Anexo VII da IN23/2025).

Para o **primeiro projeto** o proponente precisa comprovar atuação na área cultural ou o projeto estará limitado à R\$200.000,00.

PLANO ANUAL OU PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Novo prazo final de apresentação: 31 de agosto

Poderão ser apresentados por instituições sem fins lucrativos

Poderão ser apresentados projetos destinados a:

- Manutenção de instituições culturais ou artístico- culturais, incluídas suas atividades de caráter permanente e continuado, e demais ações constantes do seu planejamento;
- Espaços culturais ou artístico-culturais, incluído sua programação de atividades, ações de comunicação, aquisição de móveis, aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas, serviços de reforma ou construção e serviços para garantia de acessibilidade, entre outras necessidades de funcionamento;
- De grupos e coletivos corpos artísticos estáveis ou outros grupos culturais com execução contínua de atividades;
- realização de eventos culturais ou artístico-culturais calendarizados e continuados, como festivais, mostras, seminários, bienais, feiras e outros tipos de ação cultural realizada em edições recorrentes.

IMPORTANTE:

Será admitida a coexistência de planos anuais ou plurianuais com outros projetos desde que justificado pelo proponente e o orçamento não se sobreponha aos itens orçamentários já incluídos e aprovados, assim como a coexistência de planos anuais ou plurianuais para equipamentos culturais diversos do mesmo proponente, porém com equipe técnica e orçamentos distintos.

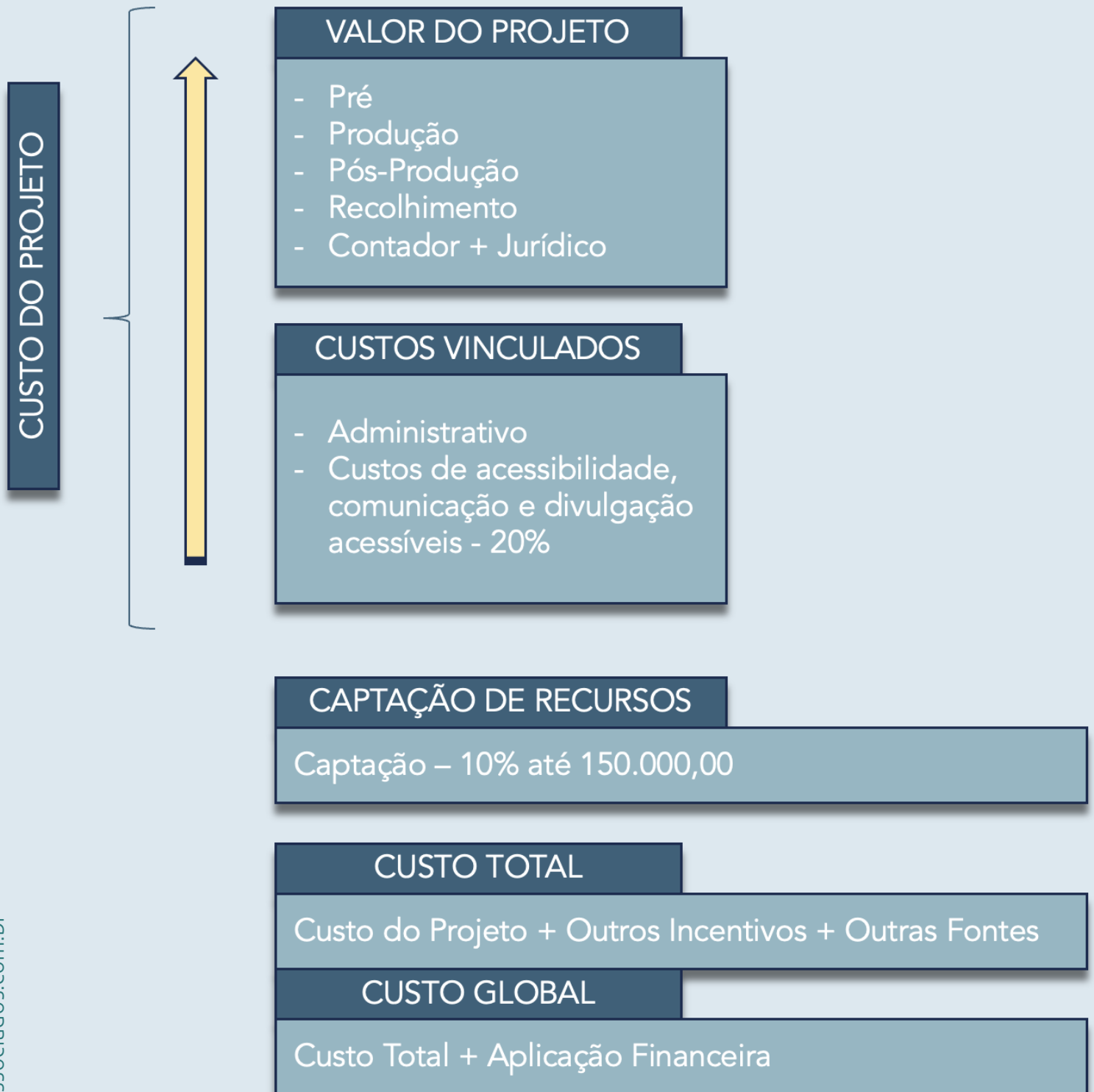
Deverão contemplar exclusivamente uma edição de ações continuadas, como festivais, seminários, bienais, feiras, festas entre outros

ORÇAMENTO

PONTOS IMPORTANTES:

- As rubricas poderão ser remanejadas pelo proponente, sem necessidade de autorização da SEFIC dentro do limite de 100% do valor do item e sem aumento do grupo de despesas;
- Está autorizado o saque de até R\$1.500,00, por dia, para pagamento de pequenas despesas.

ESTRUTURA DE ORÇAMENTO



LIMITES DE VALORES

O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:

- Artistas individuais: R\$ 25.000,00;
- Grupos e coletivos artísticos, exceto Orquestras: R\$ 50.000,00;
- Orquestras: R\$ 5.000,00 por músico e R\$ 25.000,00 para o maestro ou regente;
- Valores superiores podem ser aprovados pela CNIC;
- Direitos Autorais e Conexos: Valores compatíveis com os preços praticados no mercado cultural, até o limite de 10% sobre o valor homologado para execução;
- ECAD: 10% do valor total dos cachês pagos em cada apresentação;
- Audiovisual - Direitos de exibição cinematográfica - Até 20% do valor homologado para execução.

O limite para pagamento em Projetos Audiovisuais:

Curtas metragens: R\$ 350.000,00.

Médias metragens: R\$ 900.000,00 a R\$ 1.200.000,00.

Mostras/festivais/eventos:

Primeira edição: R\$ 600.000,00

Segunda edição: valor avaliado com base no histórico de maior captação do proponente para a edição da mostra/festival/evento, admitidos valores de captados em outros mecanismos de incentivo

Programas de TV: R\$ 80.000,00 por episódio.

Programas de rádio: R\$ 135.000,00 para programação semestral.

Podcast: R\$ 30.000,00 por episódio.

Sítios de internet:

R\$ 80.000,00 para infraestrutura do site

R\$ 220.000,00 para produção de conteúdo para o site;

Aplicativos educativos e culturais: R\$ 850.000,00.

Desenvolvimento de game ou jogo eletrônico: R\$ 400.000,00.

Websérie: R\$ 60.000,00 por episódio.

Games ou jogo eletrônico: R\$ 1.500.000,00.

Plataforma de vídeo sob demanda independente para difusão de acervo e conteúdo audiovisual prioritariamente nacional: R\$ 2.000.000,00.

+ Soma de vários produtos audiovisuais: Deve respeitar a soma dos limites por projeto (acima).

+ Valores poderão ser superiores: Projetos audiovisuais contemplados em editais ou com contrato/termo de compromisso de patrocínio, que assegure o mínimo de 50% do valor solicitado, desde que estejam de acordo com os preços praticados no mercado.

+ Ser solicitado e aprovado pela CNIC

REMUNERAÇÃO DO PROPONENTE

- ▶ Até 20% do valor captado, desde que preste serviços que estejam previstos no orçamento aprovado;
- ▶ Serão incluídos neste limite os serviços realizados por: cônjuge, companheiro e/ou empresa(s) coligada(s).
- ▶ Exceção à regra do limite de 20%:
 - para projetos ligados a patrimônio, construções, artísticos, estáveis;
 - grupos artísticos, familiares e corpos estáveis;
 - proponente pessoa física ou microempreendedor individual, limitado a até 30% do valor captado.

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Custos administrativos (15%) e inclui:

- aquisição ou locação de bens e demais materiais de consumo necessários à realização das atividades administrativas;
- locação de imóveis onde ocorrerão as atividades administrativas, pagamento de encargos sobre eles incidentes, tributos e despesas com condomínio;
- pagamentos de tributos relativos às atividades administrativas, tais como impostos e taxas, bem como de tarifas bancárias cujo adimplemento se faz necessário à realização de tais atividades;
- contas de serviços essenciais às atividades administrativas, telefone, internet, água e luz;
- custos relativos a serviços de postagem de correspondências, resguardada a sua pertinência às atividades administrativas;
- remuneração do pessoal administrativo e pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários relativos à sua contratação, possibilitado o custeio parcial ou integral de planos de saúde aos empregados e seus dependentes;
- custo relativo ao transporte do pessoal administrativo e insumos necessários;
- diárias de viagem, incluindo os custos com hospedagem, alimentação e transporte do pessoal administrativo;
- contratação de serviços necessários à elaboração de propostas culturais mediante estabelecimento de contrato prévio, cujo pagamento será realizado após a aprovação de execução do projeto, conforme art. 28, parágrafo único da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991; e
- contratação de consultorias especializadas em gestão para a execução de projetos culturais, bem como contratação de serviço de elaboração de prestação de contas.

Não podem ser previstas no orçamento nem executadas as seguintes despesas:

- Taxa de administração, ou similar;
- Em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro pessoal de órgão ou entidade pública da administração pública direta ou indireta, por quaisquer tipo de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Leis específicas;
- Com a elaboração de convites personalizados ou destinados à circulação restrita, com recepções, festas, coquetéis, camarotes, espaços vip, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais contratados para realização do projeto ou para os participantes das ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;
- Compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada e reconhecida pela CNIC;
- Com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:
 - a) com patrocínio exclusivo de edital; ou
 - b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador;
- Pagamento de serviço de consultoria, assessoria técnica ou avaliação de projetos prestados diretamente para o patrocinador
- Com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; e
- Com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto.

DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO

A comercialização de produtos ou venda de ingressos deve seguir os parâmetros abaixo, que já deverão estar declarados no Plano de Distribuição apresentado com a proposta cultural:

Mínimo 10% - distribuição gratuita à população (Caráter social, educativo ou para formação artística);

Até 10% - distribuição gratuita pelos patrocinadores;

Até 10% - distribuição gratuita promocional pelo proponente para divulgação;

Mínimo 20% - comercialização em valores que não ultrapassem R\$ 50,00;

50% - Comercializado com preço médio de R\$ 250,00;

Apresentações exclusivas: poderão ser concentradas em uma mesma apresentação: distribuição gratuita à população; pelos patrocinadores; ou promocional do proponente;

Caráter social = pessoas de grupos minoritários ou comunidades em vulnerabilidade social, tais como: negros, indígenas, povos tradicionais, populações nômades, pessoas em situação de rua, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, beneficiários do Bolsa Família e CadÚnico.

Caráter educativo = distribuição a alunos da rede pública de ensino fundamental, médio ou superior.

A distribuição gratuita à população deve ser comprovada com declaração assinada pela instituição onde conste:

- Nome da instituição recebedora, CNPJ e dados do seu representante/subscritor;
- Nome do projeto e número do PRONAC;
- Quantidade de ingressos ou produtos recebidos gratuitamente;
- Compromisso de promover a distribuição gratuita à população.

OUTRAS MEDIDAS DEMOCRÁTICAS

É necessária a adoção de pelo menos uma medida de democratização de acesso, a qual deverá ser escolhida na lista prevista no Artigo 30 da Instrução Normativa.

Artigo 47 da IN 23/2025

- doar 10% (dez por cento) dos produtos resultantes da execução do projeto para distribuição gratuita com caráter social ou educativo, além do previsto no art. 46, inciso III, totalizando 20% (vinte por cento);
- oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos, incluindo os seus acompanhantes;
- disponibilizar, na internet, registros audiovisuais dos espetáculos, das exposições, das atividades de ensino, e de outros eventos referentes ao produto principal, acompanhado com libras e audiodescrição;
- garantir a captação e veiculação de imagens das atividades e de espetáculos por redes públicas de televisão e outros meios de comunicação gratuitos;
- realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições e oficinas;
- realizar ação cultural voltada para crianças, adolescentes, jovens e seus educadores;
- realizar atividades culturais nos estabelecimentos prisionais das unidades da federação ou instituições de longa permanência para idosos, para pessoas em residências terapêuticas e para Unidades de Acolhimento da Rede de Atenção Psicossocial;
- estabelecer parceria visando à formação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público;
- oferecer bolsas de formação, inserção e difusão para o mundo do trabalho em cultura voltadas para a pesquisa e a qualificação técnica, artística e cultural, que alcancem públicos prioritários e vulneráveis; e - outras medidas sugeridas pelo proponente, a serem apreciadas pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

CONTRAPARTIDA SOCIAL

Ações de Formação

A ação formativa cultural deverá:

- Corresponder a 10% do total do público;
- Ter, no mínimo, 20 pessoas, e máximo de 500;
- Ações devem ser para estudantes e professores de escolas públicas;

Não se aplica aos projetos que contenham ações formativas ou programas educativos gratuitos.



EXEMPLO

Exposição - 600 pessoas
Ação para 60 pessoas
60 estudantes ou Professores de escola pública

CHAMAMENTO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PROJETOS

Patrocinadores que realizem chamamento público para seleção de projetos, devem solicitar avaliação do Edital pelo MinC com 30 dias de antecedência os quais deverão ter:

- descrição do objeto do chamamento público;
- tipos de proponentes a serem beneficiados (pessoas físicas ou jurídicas);
- valor total a ser incentivado;
- valores e quantidades previstas dos projetos e proponentes a serem selecionados;
- valores a serem contemplados, por áreas e segmentos culturais, conforme Anexo IV;
- público-alvo por regiões, estados e municípios a serem contemplados;
- cronograma previsto para o chamamento público, com as datas para cadastramento das propostas no SALIC, contemplando até a fase dos depósitos nos projetos contemplados; e
- regras de participação e seleção dos projetos e proponentes.
- proposta será identificada no SALIC;
- Análise da admissibilidade será feita apenas para propostas selecionadas pelo Edital.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS

FASE DE ADMISSIBILIDADE

60 DIAS

ETAPA 1

Exame Preliminar

Inicialmente, serão analisados:

- Os documentos e informações do proponente e de seus dirigentes;
- O currículo do proponente e de seus dirigentes;
- Aplicadas as trilhas de controle que incluem:
Regularidade do proponente e sócios;
Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente.
Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente.

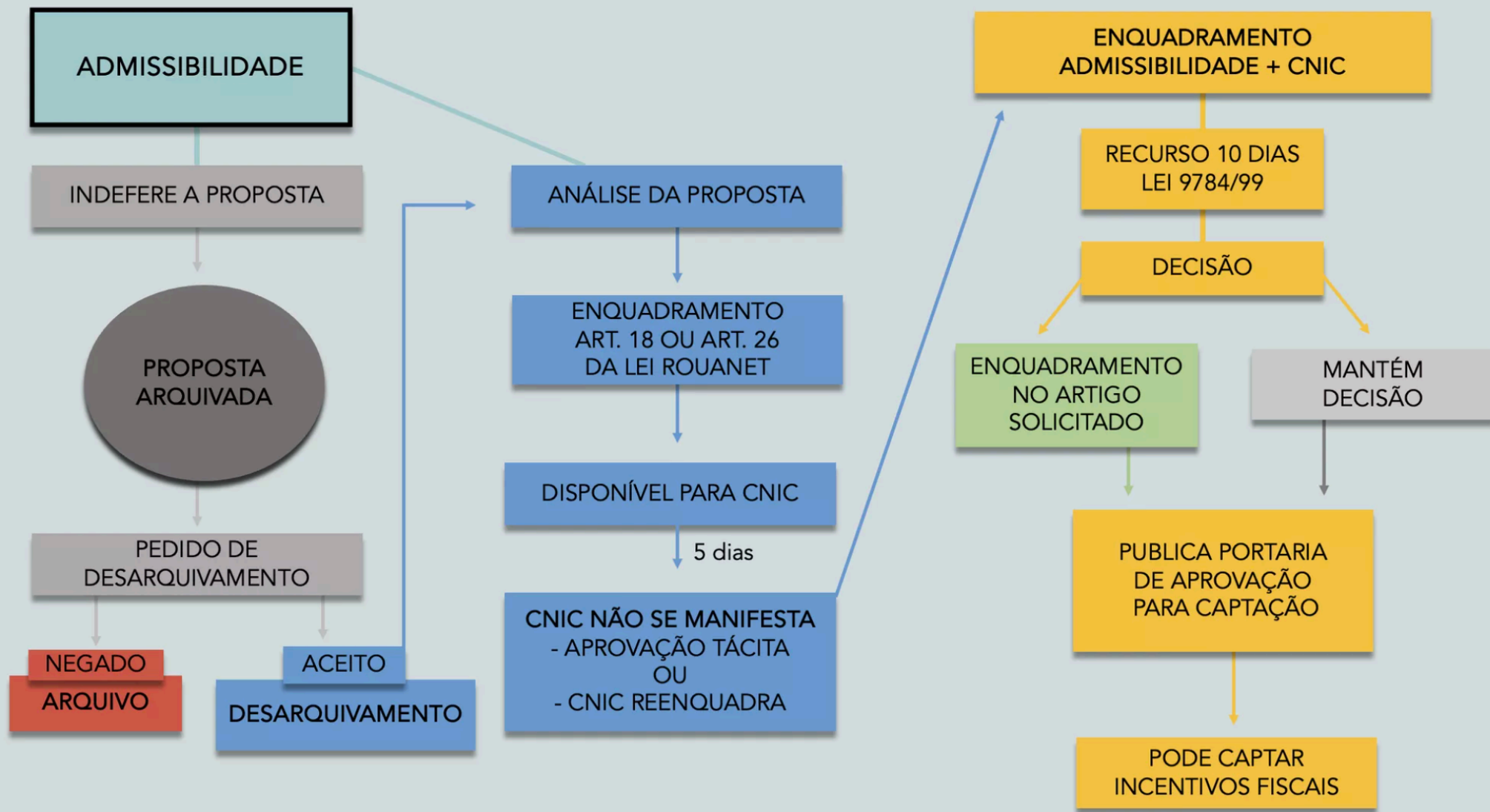
A proposta não poderá:

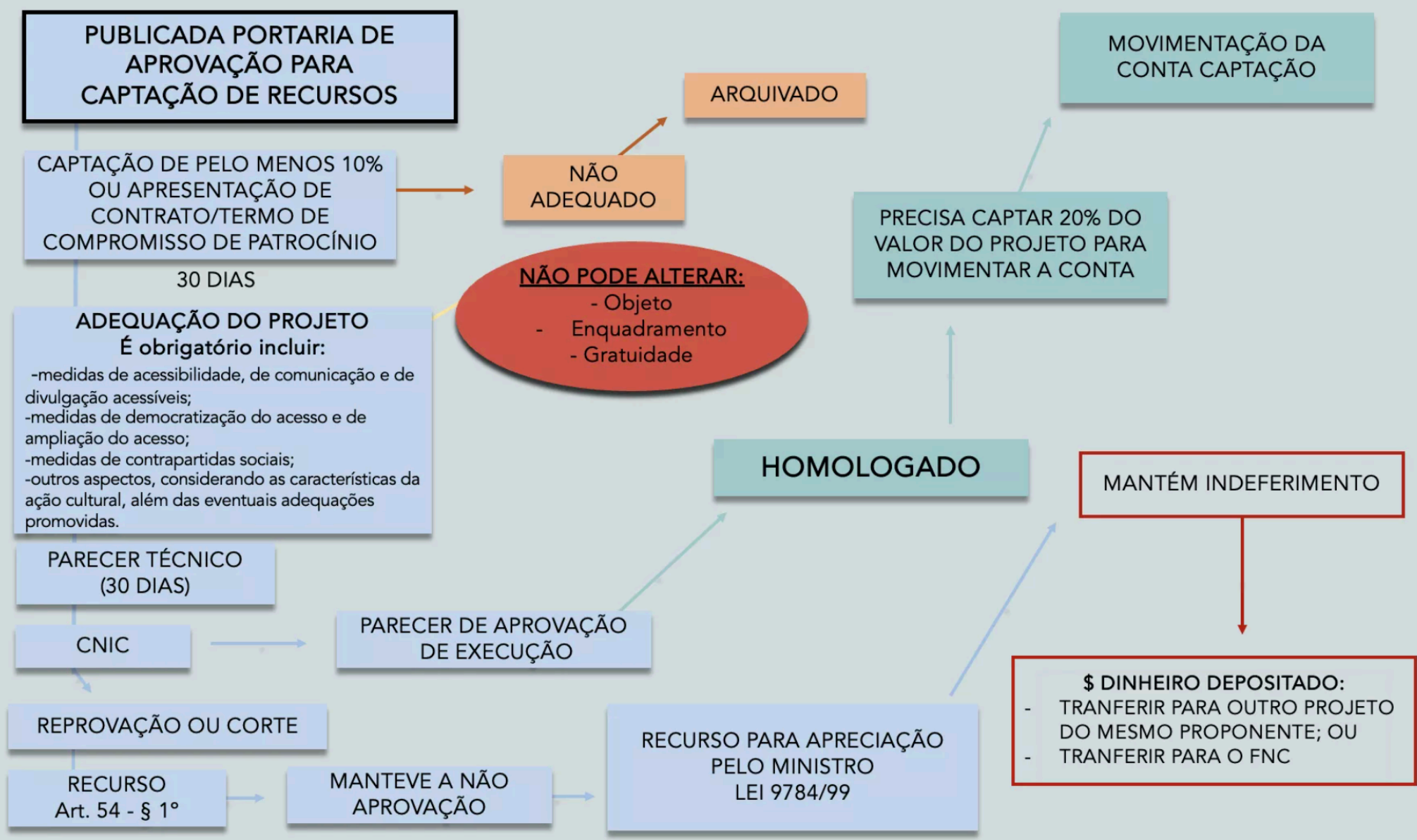
- Contrariar regulamentação relativa ao uso do incentivo Fiscal;
- Ter objeto e cronograma similares a proposta ou projeto ativo do mesmo proponente;
- Terem as mesmas características que levaram ao indeferimento de proposta ou projetos similares, apresentados nos últimos 12 meses, mesmo que por proponente diverso.
- Exceder o custo per capita (R\$ 300,00)

ETAPA 2

Análise das informações

- Enquadramento do projeto - Artigo 18 ou 26;
- Previsão de:
 - Acessibilidade;
 - Democratização de acesso;
 - Ações formativas culturais.





EXCEÇÃO NA ADIMISSIBILIDADE

E APROVAÇÃO DE PROJETOS

Para os projetos abaixo, a análise seguirá diretamente para o parecerista e para CNIC, independentemente de captação de 10% do valor do projeto:

- Planos Anuais e Plurianuais;
- Aprovado em chamamento público e edital;
- Projetos com contratos de patrocínios firmados, que garantam o alcance do 20% e não tenha condicionantes;
- Projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CAPTAÇÃO

O Prazo máximo de captação com eventuais prorrogações, deverá ser sinalizado no cadastramento da proposta e será concedido de forma automática, sendo de até 36 meses.

O prazo não se aplica nos seguintes casos:

- Caso fortuito ou força maior;
- Projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis ;
- Apresentação de contrato de patrocínio ou documento de seleção pública.

DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE

ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO

E DIVULGAÇÃO ACESSÍVEIS

Como regra geral, é permitido prever até 20% do Valor do Projeto para pagamento de sua divulgação e acessibilidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

O proponente deverá:

- Incluir logomarca do Pronac e Governo Federal, em toda divulgação institucional dos projetos incentivados, conforme o Manual de Identidade Visual da SEFIC.

obrigatória a inserção das logomarcas que identificam o uso dos incentivos fiscais. Tais logomarcas devem ter visibilidade igual à marca do patrocinador majoritário - sempre seguindo as regras do Manual de Identidade Visual da SEFIC.

Deverão ser divulgadas as medidas de acessibilidade

Ainda é obrigatória a inserção da logomarca do Vale-Cultura nas peças de divulgação das atividades de caráter permanentes, em consonância com o art. 46, § 6º da Instrução Normativa.

ACESSIBILIDADE

As propostas culturais deverão conter medidas de acessibilidade, de comunicação e divulgação acessíveis, compatíveis tecnicamente com as características do objeto para cada linguagem artística de seus produtos, justificados e fundamentados, nos termos dos arts. 42 a 44, 54, 63, 67 a 71, 73 e 102 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, do art. 46 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, do Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018, considerando adaptações razoáveis que não acarretem ônus desproporcional e indevido em cada caso.

Obrigatório o uso do Guia de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para implementação das medidas.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO	ARQUITETÔNICA	COMUNICACIONAL E DE CONTEÚDO	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Imediato		Medidas de acessibilidade atitudinal, textos em braile, abafadores de ruídos e textos em fonte ampliada e com contraste.	Disponibilização de materiais de divulgação dos projetos em formatos acessíveis.
6 meses	Pisos táteis, sinalização em braile, rampas e locais reservados.	Libras e audiodescrição.	Redação em linguagem simples da Instrução Normativa, do Guia de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, do Manual de Aplicações de Marcas do Ministério da Cultura e dos manuais operacionais do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais pelo Ministério da Cultura.
12 meses	Plataformas elevatórias e sanitários acessíveis.	Conteúdos em linguagem simples, medidas que contribuam para a participação de pessoa autista, legendas e janelas de libras.	
24 meses	Portas e corredores largos e elevadores.		

PROMOÇÃO DO PATROCINADOR

Como regra geral, o patrocinador poderá:

- Receber 10% do produto final;

- Colocar sua logomarca na divulgação;

- Realizar outras ações que não sejam classificadas como vantagem indevida.

É VANTAGEM INDEVIDA

Conforme determina a Lei 8.313/91 (Lei Federal de Incentivo à Cultura) não é permitida a adoção de práticas que configurem vantagem financeira ou material ao patrocinador ou doador.

O projeto será reprovado, gerando - para proponente e patrocinador - a obrigação de devolução do Imposto de Renda corrigido, acrescido de juros e demais acréscimos previstos na legislação, além de eventual responsabilidade criminal.

(Artigo 30 Lei 8.313/91)

NÃO É VANTAGEM

Ações adicionais do patrocinador, proponente ou captador para prospecção comercial, programa de relacionamento e ampliação da comunicação e da divulgação acessíveis ou promoção do patrocinador e de suas marcas e produtos, desde que custeadas com recursos não - incentivados;

Fornecimento de produtos ou serviços do patrocinador, desde que comprovada a economicidade e exclusividade;

Concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou outras atividades associadas ou não ao projeto cultural;

Comercializar produtos e subprodutos do projeto em condições promocionais no local do evento;

Sessão comercializada de forma adicional ao plano de distribuição.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACOMPANHAMENTO

O MinC fará acompanhamento da execução do projeto e dos gastos através das trilhas de controle, do acompanhamento dos documentos anexados ao Salic, e em vistorias "in loco".

TRILHAS DE CONTROLE:

- Regularidade dos Proponentes e Sócios;
- Regularidade do CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica dos fornecedores);
- Princípio da não concentração;
- Itens concentrados por fornecedores;
- Notas Fiscais Eletrônicas;
- Beneficiários de Ingressos Gratuitos;
- Incentivadores Inativos;
- Regularidade de Captadores de Recursos.

O Proponente deverá manter e conservar a documentação do projeto pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência do projeto

EXECUÇÃO

A Prestação de contas deve ser alimentada no sistema em tempo real, devendo ser realizada durante a execução:

- Upload de documentos Fiscais;
- Aprovação de logomarcas antes da divulgação;
- Solicitação de alteração de orçamento, de nome, de local de realização, ou de plano de distribuição.



Nos casos de:

- Denúncias / Demanda de Órgãos de Controle;
- Indícios de irregularidade;
- Indícios de vantagem financeira ou material indevida

SECULT NOTIFICA

10 dias

PROPONENTE
REGULARIZA

NÃO
REGULARIZA

CONTINUA COM A
EXECUÇÃO DO PROJETO

- Suspensão do Projeto;
- Devolução do dinheiro;
- Sanções penais;
- Suspensão dos demais Projetos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Deve ser finalizada em até 60 dias após o fim da execução do projeto. **IMPRORROGÁVEL.**

Atenção a não apresentação de contas no prazo deixara o proponente inabilitado travando todos seus projetos.

ANÁLISE

- Nos projetos de pequeno porte, até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), a análise da prestação de contas poderá ocorrer no formato in loco dispensada a avaliação financeira, nos termos do art. 72 esta Instrução Normativa.
- nos projetos de pequeno porte, até R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a análise da prestação de contas considerará o alcance do objeto;
- nos projetos de médio porte, superior a R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira serão exigidos em todos os casos, vedada a adoção da categoria de prestação de informações in loco; e
- nos projetos de grande porte, acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira serão exigidos em todos os casos e monitoramento específico, nos termos do art. 66 desta Instrução Normativa.

A prestação de contas deverá considerar, em todos os casos, a verdade real e os resultados alcançados.



LANÇA TUDO
NO SALIC

RELATÓRIO FINAL – DEVE COMPROVAR:

- Realização do Objeto Proposto – Com evidências;
- Relação entre metas e resultados;
- Produto cultural (Fotos, listas de presenças, registro audiovisual, arquivo digital, etc);
- Etapas de execução com os respectivos comprovantes de despesas;
- Medidas de Acessibilidade;
- Democratização de Acesso;
- Mostra/Registro fotográfico/videográfico das peças do plano de divulgação.
- Comprovante de fornecimento de Vale-Cultura para projetos com previsão de contratação, com vínculo empregatício.

IMPORTANTE:

Se não entregar o relatório final no prazo: será lançada a inabilitação no Salic; o proponente será diligenciado para regularização em 20 dias, sob pena de reprovação da prestação de contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FINAL



ANÁLISE PELA SECULT



FINANCEIRA

OBJETO

LAUDO FINAL DE AVALIAÇÃO

APROVAÇÃO

- Execução integral do projeto;
- Execução ampliada do projeto;
- Execução parcial proporcional à captação;
- Sanadas as inadequações financeiras apontadas pelo Salic na fase de monitoramento
- Sanadas ocorrências em fase de diligência

APROVAÇÃO COM RESSALVA

- Inadequações financeiras sem dolo
- Alteração do projeto sem anuência da Ministério da Cultura e sem descaracterizar o objeto ;
- Não atendimento ao Manual de Marcas;
- Não apresentação da autorização de uso de obras com direito autorais e conexos;
- Alteração do Plano de Distribuição, desde que cumprindo as medidas de democratização e o objeto;
- Alteração do conteúdo do produto principal, desde que alcance a ação projetada e sem desvio de finalidade;
- Alteração do plano de distribuição sem impacto na democratização de acesso;
- Ocorrências financeiras não sanadas em diligências, referentes a gasto superior a 50% ou executadas fora do prazo de execução do projeto, com fato gerador no prazo;
- Não comprovadas as medidas de acessibilidade.

REPROVAÇÃO

- Não prestar contas;
- Dano ao erário por dolo ou má fé
- Descumprimento do objeto;

SANÇÕES

REPROVAÇÃO

20 dias

10 dias

30 dias

Devolução dos recursos com correção monetária e juros

Propor ação compensatória

Recurso para Ministro

MANTIDA A REPROVAÇÃO

- Inscrição no CADIN
- Tomada de Contas Especial no TCU
- Comunicação à Receita Federal

INADIMPLÊNCIA

- Bloqueio da Conta do Projeto;
- Não pode prorrogar prazos - Captação e Execução;
- Não pode apresentar novas propostas;
- Suspensão de Publicações de Autorização de captação.

+

INABILITAÇÃO POR REPROVAÇÃO

- Impossibilidade de apresentar novas propostas;
- Impossibilidade de Prorrogação de prazos de Captação;
- Cancelamento de propostas em análise;
- Arquivamento de projetos sem movimentação de conta livre;
- Suspensão de Projetos ativos e bloqueio de contas;
- Impedimento de novas captações;

+

Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) e inserção na Dívida Ativa da União (DAU)

SANÇÕES

SANÇÕES DE INABILITAÇÃO TÊM DURAÇÃO DE 3 (TRÊS) ANOS.

Depósito ao FNC de recursos irregularmente gastos: reverte a inadimplência desde que não tenha outras irregularidades.

INABILITAÇÃO CAUTELAR **QUALQUER MOMENTO DE TRAMITAÇÃO** **EM RAZÃO DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE**

Durante qualquer fase do projeto, o Ministério da Cultura poderá determinar a inabilitação cautelar, com os seguintes efeitos:

- Suspensão de Projetos Ativos;
- Bloqueio de Contas;
- Impossibilidade de realização de novas captações e de movimentar recursos;
- Impossibilidade de prorrogação de prazos de captação execução e de fazer readequações;
- Impossibilidade de apresentar novas propostas;
- Impossibilidade de recepção de recursos de outros mecanismos.
- Arquivamento de projetos sem captação

COMO FICAM OS PROJETOS EM EXECUÇÃO

PROJETOS EM EXECUÇÃO

Aplica-se a todos os projetos em andamento respeitados os direitos adquiridos;

LEGISLAÇÕES

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.

DECRETO Nº 10.755, DE 26 DE JULHO DE 2021

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 05 DE Fevereiro DE 2025

OUTROS MANUAIS DISPONÍVEIS

Manual do Patrocinador 1 - Lei de Incentivo Fiscal à Cultura

(<https://www.olivierassociados.com.br/blog/manual-do-patrocinador-lei-de-incentivo-fiscal-a-cultura/>)

Manual do Patrocinador 2 - Incentivos Fiscais Federais ao Audiovisual, Esporte, Criança e Adolescente, Saúde e idoso

<https://www.olivierassociados.com.br/blog/manual-do-patrocinador-vol-2-incentivos-fiscais-federais-ao-audiovisual-esporte-crianca-e-adolescente-saude-e-idoso/>

Manual de Doação - Pessoa Física

<https://www.olivierassociados.com.br/blog/manual-de-doacao-pessoa-fisica/>

Manual Novo Decreto regulamentador da Lei de Incentivo Federal à Cultura

<https://www.olivierassociados.com.br/blog/lancamento-manual-novo-decreto-regulamentador-da-lei-de-incentivo-federal-a-cultura/>

Publicação de:
Olivieri

Inteligência Jurídica em Cultura e Entretenimento
fevereiro/ 2025



OLIVIERI

CONSULTORIA
JURÍDICA
EM CULTURA
E ENTRETENIMENTO



OLIVIERI

CONSULTORIA
JURÍDICA
EM CULTURA
E ENTRETENIMENTO